



**UFPR NO COMBATE À COVID-19**

Recurso próprio ao ensino, pesquisa,  
extensão e inovação tecnológica.

## **EDITAL PROIND 2020 – UFPR NO COMBATE À COVID - 19**

### **Título do Projeto:**

Políticas Educacionais e as novas invenções de controle sobre a organização do trabalho dos profissionais de educação no cenário da pandemia da Covid-19: o caso do Paraná

### **Identificação:**

**Nome do Coordenador:** Marcos Ferraz

**Matrícula SIAPE:** 2201403

**CPF:** 918.926.006-68

**Unidade de Lotação:** DEPLAE / SE / Campus Reitoria

**Telefone Funcional:** 41 3360 5141

**Celular para contato:** 41 99696 7575

**E-mail:** [ferrazmarcos@uol.com.br](mailto:ferrazmarcos@uol.com.br)

### **Prazo de realização:**

15 de junho de 2020 a 14 de junho de 2021 (1 ano)

### **Introdução:**

O processo educacional, por seu caráter de organização, sua abrangência e sua característica de direito universal, devido ao princípio constitucional expresso em seu artigo 205 (BRASIL, 1988), reúne, todos os dias, 47.874.246 estudantes (INEP, 2019) por todo o país. Essa abrangência e o aspecto escolar da organização pedagógica colocaram essa política pública no centro das estratégias de enfrentamento da Covid-19. O fenômeno não se limita ao caso brasileiro, pois, de maneira global as questões sobre o processo educacional durante e após a pandemia estão em debate (ESTELLES e FISCHMAN, 2020; MELNICK, et all, 2020). Registra-se que especificamente, no caso brasileiro, o processo educacional, organizado de maneira escolar, efetiva-se no interior de uma ação de



**UFPR NO COMBATE À COVID-19**

Recurso próprio ao ensino, pesquisa,  
extensão e inovação tecnológica.

aglomerações que supera um total de 50 milhões de pessoas, visto que, aos estudantes, devemos somar os 2.212.018 docentes e 248.396 auxiliares docentes (INEP, 2019), e incluir milhares de funcionários de escola.

As suspensões de aulas e outras atividades presenciais no interior da escola estão entre as primeiras medidas públicas de enfrentamento da Covid-19. Contudo, suspendendo a forma secular de estruturação da política pública de garantia do direito à educação – que se dava presencialmente, no interior da escola – restou; não apenas uma dúvida sobre as possibilidades de manutenção do próprio direito à aprendizagem de maneira igualitária<sup>1</sup>; como a desorganização das rotinas de trabalho do profissional de educação, a desmontagem do ambiente do trabalho como local público e separado do ambiente doméstico, e a pressão material e psicológica sobre os estudantes<sup>2</sup> e os trabalhadores docentes ou não docentes envolvidos.

Portanto, esta pesquisa se justifica, pois, busca investigar como a passagem para formas remotas e domiciliares, de atividades anteriormente escolares, transformaram o trabalho dos profissionais da educação básica no interior da Rede Estadual de Ensino do Paraná, e seus desdobramentos nas políticas e processos de valorização ou desvalorização do profissional, assim como na saúde do trabalhador. Da mesma maneira, abarcará as futuras medidas de políticas educacionais (retorno de atividades presenciais ou outras) em fases de desaceleração e controle da pandemia, com os possíveis efeitos das mesmas.

### **Estado da Questão:**

Em 1988, a promulgação da Constituição Brasileira, com seu inciso V, do artigo 206, estabeleceu um marco para um conjunto de políticas de valorização do trabalho dos profissionais da educação, que se desdobrariam por cerca de 25 anos. Dizia o inciso V artigo 206, com o caput do mesmo, em sua redação original:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

(...)

V – valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por

---

1 Os riscos para a manutenção igualitária do direito ao acesso à educação e à aprendizagem não serão objeto de investigação dessa pesquisa, que terá como foco investigar condições de trabalho do profissional da educação e efeitos nas políticas de valorização desses profissionais.

2 Os desafios que a pandemia do Covid-19 impõe aos estudantes, também são relevantes, mas não se constitui como objeto desta pesquisa.



**UFPR NO COMBATE À COVID-19**

Recurso próprio ao ensino, pesquisa,  
extensão e inovação tecnológica.

concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União (BRASIL, 1988);

Ainda que a Emenda Constitucional 19, de 1998, tenha eliminado o regime jurídico único e a Emenda Constitucional 53, de 2006, tenha desdobrado o inciso V em dois (incisos V e VIII, da atual redação da Constituição), dando maior ênfase ao piso salarial nacional profissional, evidencia-se que a preocupação do legislador, com a valorização do profissional da educação, estabeleceu um princípio jurídico sólido para as políticas que se seguiriam nas décadas seguintes.

Assim, entre 1988 e 2014, teremos, entre outras legislações de menor impacto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996 (Lei 9.394/1996); o FUNDEF, também em 1996 (Lei 9.424/1996); o PNE, em 2001 (Lei 10.172/2001); o FUNDEB, em 2006 (Medida Provisória 339/2006, transformada na Lei 11.494/2007); a Lei do Piso Salarial Profissional Nacional, em 2008 (Lei 11.738/2008); a lei que reconhece os funcionários de escola como profissionais da educação, em 2009 (Lei 12.014/2009); o novo PNE, em 2014 (Lei 13.005/2014), além de um conjunto de Resoluções do Conselho Nacional de Educação, na mesma perspectiva. É possível percorrer a trajetória de construção dessa legislação como um percurso conflitivo e contraditório de estruturação de políticas que pudessem materializar o princípio constitucional, expresso no inciso V, do artigo 206.

Contudo, em meio a esta trajetória da legislação brasileira, assim como da institucionalização de políticas de valorização dos profissionais da educação que ela impulsionou, as formas, rotinas e organização do trabalho foram se transformando. Tornou-se visível o conflito entre o princípio constitucional que inspirou políticas de valorização e os diversos métodos de reestruturação produtiva (DURAND, 2003; LEITE, 2003; LINHART, 2007; PIALOUX, 1997; PIALOUX & BEAUD, 1997; SILVA, 2004; 2006; ZARIFIAN, 1998; 2001) que adentraram o campo educacional via reformas educacionais nos anos de 1990 (BARROSO, 2005; 2018; CASASSUS, 2001), e que perduraram ao longo das duas primeiras décadas do século XXI (FELDFBER & OLIVEIRA, 2016). Oliveira et all. (2002), assim como Santos e Oliveira (2009) já alertavam para a intensificação do trabalho docente derivada dessas reformas. Assim como tivemos a precarização e intensificação da terceirização para os não docentes (CARVALHO & BRIXNER, 2017; ALVES, 2018). Em outras palavras a valorização do profissional da educação, contida no marco educacional, encontra-se com o novo espírito do capitalismo, para parafrasear Boltanski & Chiapello (2009).

Não é simples, nem linear, transportar as descobertas sobre intensificação do trabalho (CARDOSO, 2009) desenvolvidas pela sociologia do trabalho (FRIEDMANN & NAVILLE, 1973;



**UFPR NO COMBATE À COVID-19**

Recurso próprio ao ensino, pesquisa,  
extensão e inovação tecnológica.

BRAVERMAN, 1987), com uma base empírica fundamentalmente calcada nos estudos fabris (PIALOUX, 1997) e nos setores de serviços (DURAND, 2003). Como registram Tardif e Lessard (2009), Tardif e Lessard (2014), e Tardif (2014), o trabalho docente, em sala de aula, tanto traz um aspecto cognitivo, como uma relativa autonomia do professor, que o difere das demais formas de trabalho. Mas, como bem registra a literatura (BARROSO, 2005; SANTOS & OLIVEIRA, 2009; OLIVEIRA & VIEIRA, 2012; MEHTA, J, 2013; GOLDSTEIN, D. 2014), novas maneiras de organizar, gerir e remunerar tem provocado impacto na atividade docente. Adoção de apostilas, terceirização de atividades e desprofissionalização de funcionários, sistemas digitais de controle do planejamento e execução do trabalho de professores e de profissionais não docentes, sistemas de avaliação em larga escala e remuneração por bonificação são exemplos de ações que impulsionam, tanto a concorrência meritocrática entre os profissionais, como intensificam suas atividades. Não, por coincidência, a literatura também registrará a ampliação do adoecimento como derivado da atividade desses profissionais (CALDAS, 2012; CODO, 1999; PEREIRA, 2017).

Este cenário, que antes implicava em uma tensão dada pela evolução de uma legislação que se fundamentava no princípio da valorização do trabalho dos profissionais da educação, frente a uma transformação da organização do trabalho que trazia consigo a intensificação e o adoecimento, sofre mudança qualitativa, a partir de 2015 com um recuo das políticas de valorização<sup>3</sup>. São exemplos o crescimento dos contratos temporários, o congelamento dos planos de carreira, o congelamento dos salários, que se disseminaram por várias redes estaduais e municipais e que configuraram políticas em explícita oposição as metas preconizadas no PNE 2014 (SILVA e CRUZZETA, 2019).

É neste cenário que se chega ao dia 20 de março de 2020, quando, por força do art. 8º do Decreto Estadual 4.230/2020 (PARANÁ, 2020), as aulas presenciais em escolas estaduais públicas e privadas, inclusive nas entidades conveniadas com o Estado do Paraná, e em universidades públicas são suspensas, como medida para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus – Covid-19. Na sequência, ainda em março, o Conselho Estadual da Educação (CEE) institui o regime especial para o desenvolvimento das atividades

---

<sup>3</sup> É difícil caracterizar o marco temporal da ruptura com as políticas de valorização. Se a Constituição de 1988 é uma data segura para o início do ciclo e está referendada pela literatura. O fim do ciclo é discutível. A organização federativa do Estado brasileiro coloca um conjunto de desafios. No plano nacional, a data poderia ser 2016, com a aprovação da Emenda Constitucional 95, que estabelece teto para as despesas sociais, induzindo a redução ou corte das políticas de valorização. Contudo, estados e municípios, em diferentes casos, iniciaram políticas de austeridade, revertendo a tendência de políticas de valorização, antes mesmo da Emenda 95. Optamos por 2015, pois na Rede Estadual do Paraná, objeto desta investigação, a passagem do primeiro mandato do ex-governador Beto Richa (2011-2014), para o segundo mandato (2015-2018), marca esta transformação.



**UFPR NO COMBATE À COVID-19**

Recurso próprio ao ensino, pesquisa,  
extensão e inovação tecnológica.

escolares em decorrência do Coronavírus (Deliberação 01/2020). Para dar efetividade à Deliberação do CEE, a Secretaria Estadual de Educação faz publicar, em 3 de abril de 2020, a Resolução 1.016/2020 (PARANÁ, 2020), que estabelece, em regime especial, as atividades escolares na forma de aulas não presenciais, em decorrência da pandemia causada pela Covid-19. Essas atividades escolares não presenciais estruturam-se a partir de uma associação entre videoaulas, disponíveis em canais abertos de televisão e na plataforma Youtube, e a utilização de dois aplicativos: o Aula-Paraná e o Google Classroom.

Para os estudantes sem acesso aos recursos tecnológicos, as atividades são organizadas a partir da entrega do material de ensino impresso, a cada 15 (quinze) dias. As interações entre docentes e discentes ocorrem para aqueles que possam utilizar o aplicativo Aula-Paraná ou o Google Classroom. O mesmo não ocorre para aqueles que acessam os conteúdos pela TV aberta. Em termos de qualidade das condições de trabalho, é necessário reconhecer que o acesso à internet não é universal. Por consequência, os trabalhadores em educação, docentes e não docentes, passam a experimentar uma nova diferenciação nas possibilidades de reconhecimento do seu trabalho, podendo implicar em maior ou menor valorização. Ou mesmo, desvalorização. Some-se a falta de capacitação prévia, que implica que nem todos dispõem de habilidades para operar sistemas tecnológicos/virtuais. Pode-se, em princípio, desconfiar – como hipótese a ser explorada – da ausência de política de formação continuada, base das políticas de valorização; assim como de uma política consequente de fornecimento de estrutura que dê condições de trabalho isonômicas.

Preliminarmente, é possível fazer uma descrição básica da organização e funcionamento dessas atividades preconizadas pela Resolução 1.016/2020. Durante a semana, obedecendo a uma grade de horários como de uma de escola, são oferecidas videoaulas em quatro canais abertos de televisão. Estas mesmas videoaulas estão disponibilizadas no Youtube. Os estudantes e professores acompanham esses vídeos e utilizam-se dos aplicativos Aula-Paraná e Google Classroom para interagirem. Para cada uma, das 2100 escolas públicas estaduais do Paraná, foram abertas turmas virtuais nos aplicativos, tantas quanto são as turmas presenciais. Cada professor interage com as respectivas turmas que já acompanhava antes do período de quarentena. Tanto as videoaulas quanto as publicações que ocorrem nos aplicativos não são preparadas, nem de autoria dos professores que acompanham as turmas, com os consequentes problemas que podem derivar dessa perda de autonomia relativa sobre o planejamento e execução do trabalho pedagógico, tão necessário para superar a diacronia entre os aprendizados individuais.



**UFPR NO COMBATE À COVID-19**

Recurso próprio ao ensino, pesquisa,  
extensão e inovação tecnológica.

Do ponto de vista da organização do trabalho, o padrão, preliminarmente descrito nos parágrafos anteriores, pode acarretar em um conjunto de tensões: 1) Perda da centralidade da escola no planejamento e execução do trabalho pedagógico; 2) dificuldade de separação entre o tempo de trabalho e o tempo doméstico; 3) intensificação do trabalho derivado dessa nova forma de organização; 4) perda de autonomia pedagógica e reconhecimento do próprio trabalho; 5) perda de laços sociais na execução do trabalho, seja com os estudantes, seja com os demais profissionais da educação; 6) percepção subjetiva de desvalorização do próprio trabalho; 7) adoecimento. Não é possível um problema de pesquisa investigar todas estas tensões, ainda que as mesmas possam vir a compor variáveis de contexto.

### **Problema de Pesquisa:**

Como se desenvolve a tensão entre um maior controle do planejamento do trabalho, gerados por uma centralização da política gestada para o enfrentamento do momento de pandemia, e as diferentes estratégias usadas pelos profissionais da educação para garantir sua própria autonomia, tanto no atual momento, quanto em fases de desaceleração e controle da pandemia? E quais as consequências sobre as políticas de valorização?

### **Objetivos**

#### **Objetivo Geral:**

Compreender a tensão entre o maior controle do planejamento do trabalho e a autonomia do profissional de educação, no período de trabalho remoto, derivado das políticas para enfrentar a pandemia do Covid-19, assim como no período de desaceleração e controle da mesma.

#### **Objetivos Específicos:**

a. Compreender as especificidades da organização do tempo de trabalho e do tempo doméstico no processo de atividades remotas dos profissionais da educação, durante o período de pandemia e de sua desaceleração;



#### **UFPR NO COMBATE À COVID-19**

Recurso próprio ao ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica.

- b. Investigar as possibilidades de intensificação do trabalho do profissional de educação no processo de atividades remotas;
- c. Caracterizar processos de individualização do trabalho do profissional da educação e consequências sobre a saúde do trabalhador;
- d. Dimensionar os efeitos sobre políticas de valorização / desvalorização do profissional da educação.

#### **Metodologia de pesquisa:**

O Cenário da Pandemia Mundial em decorrência do Covid-19 colocou desafios para todos os âmbitos da organização da vida e das políticas públicas. As políticas educacionais não são diferentes, porém cabe destacar duas razões que colocam esta área com alta visibilidade neste momento. Primeiro, a questão fundamental do direito à educação, ainda que este não seja o objetivo desta pesquisa.

Contudo, a definição que este direito para se afirmar exige um conjunto de características específicas de tempo (200 dias letivos anuais e 800 horas letivas) coloca desafios grandes para o desenho da política, de forma a que o direito à vida e ao bem-estar, certamente fundamental neste momento, não signifique a negação de outro direito. A segunda questão que coloca a educação com uma força central neste debate é a importância que a prática educativa escolar tem na vida das famílias brasileiras.

O Censo Escolar de 2019 informa que estavam matriculados na educação básica 47.874.246 de estudantes (INEP, 2019), o que significa aproximadamente que 1 a cada 4 brasileiros/as são atendidos no sistema educacional. No Paraná são 2.572.007 de matrículas sendo que 1.034.030 na rede estadual de ensino (INEP, 2019). A interrupção e / ou alteração das atividades escolares para formas remotas coloca desafios para as famílias e para os trabalhadores da educação que tornam o debate da política educacional central na vida da população e implica decisões importante dos gestores dos sistemas de ensino.

Para o desenvolvimento desta política há um contingente de trabalhadores da educação envolvidos diretamente na docência (professores), na gestão da escola (pedagogos, coordenadores e diretores) e funcionários de escola (secretários, pessoal de apoio) que tiveram seu trabalho alterado por políticas definidas de forma repentina e centralizada. Compreender o sentido destas alterações implica desafios metodológicos importantes. Neste momento, há alguns levantamentos de informação



**UFPR NO COMBATE À COVID-19**

Recurso próprio ao ensino, pesquisa,  
extensão e inovação tecnológica.

importantes sendo realizados. Por exemplo, a Confederação Nacional de Trabalhadores da Educação lançou uma campanha para reunir relatos das condições em que os trabalhadores estão desenvolvendo suas atividades (CNTE, 2020). Este tipo de levantamento certamente será importante para poder-se ter registros qualitativos e por adesão das dinâmicas em curso em tempo real. Entretanto, parece urgente também avançarmos em termos de pesquisas que possam ter abrangência e cobertura mais complexa de forma a podermos acompanhar a dimensão dos impactos deste tempo nas condições de trabalho de professores e funcionários de escola.

Para isto, o projeto aqui apresentado propõe uma análise do trabalho docente e do trabalho dos funcionários de escola, durante a pandemia, em uma *fase quantitativa*, a partir de uma amostra probabilística desenhada com extratos de trabalhadores, para mapear as características que o trabalho assumiu a partir da definição de trabalho remoto na Rede Estadual de Ensino do Paraná. E uma *fase qualitativa* composta por duas partes: uma primeira parte que permita grupos focais para análise do tempo dispendidos nas atividades durante a pandemia em atividades retomas; e uma segunda parte, também com grupos focais, porém para análise dos desafios do período desaceleração da pandemia e de possível retomada das atividades escolares e os desafios que o retorno as aulas colocará para os trabalhadores, quando estas atividades forem retomadas.

O uso de amostragem complexa é importante, quando o fenômeno a ser compreendido demanda controlar alguns aspectos a que os diferentes sujeitos estão submetidos e que são fatores implicados nas condições de vida. Assim, amostras estratificadas são importantes quando a população não é homogênea. No campo dos estudos sobre trabalho docente, a pesquisa coordenada por Oliveira e Vieira (2010), com foco especificamente no trabalho docente, utilizou um desenho complexo de amostragem considerando aspectos específicos das redes de ensino pública em diferentes estados para constituir uma amostra que fosse viável em termos de custo e de abrangência para o sistema educacional.

A proposta aqui para a fase quantitativa tem a vantagem que o foco será especificamente a rede estadual de ensino do Paraná, o que dá alguns elementos de unidade para a leitura da política educacional em curso. Assim, uma contextualização das condições da rede estadual e das decisões tomadas no período de isolamento social e de retorno às atividades presenciais poderá auxiliar na interpretação dos dados. Uma característica inicial da população que tem implicações importantes para a natureza do trabalho se relaciona ao aspecto de sexo, predominância das mulheres, e, a forma de contratação, estatutários e trabalho temporário. Entre os docentes da Rede Estadual do Paraná, 72,5% são mulheres e 27,5% são homens (INEP, 2019). Da mesma maneira 61,2% desses docentes



**UFPR NO COMBATE À COVID-19**

Recurso próprio ao ensino, pesquisa,  
extensão e inovação tecnológica.

são estatutários, 38,3% tem contrato temporário, 0,2% são terceirizados e 0,3% tem contrato celetista (INEP, 2019).

Por outro lado, há aspectos que são conhecidos como características que exigem diferenciação de estratos entre os trabalhadores: função que desempenha (professor, coordenador, diretor, funcionário de escola), etapa de ensino em que atua (ensino fundamental ou ensino médio), cidade por porte populacional.

Propõe-se trabalhar com duas amostras separadamente: uma amostra para os professores que inclua estratos das funções que o magistério ocupa nas escolas, e uma amostra para funcionários de escola que inclua estratos a partir dos cargos descritos no plano de carreira destes funcionários. Definidos estes dois extratos, utilizar-se-á a etapa de ensino que a escola oferece e o porte da cidade como conglomerados para sorteio da amostra.

A proposta de um *survey* com questões sobre a carga de trabalho diária, as atividades desenvolvidas, as rotinas de trabalho e da casa, as demandas dos estudantes, as demandas dos gestores e as condições de saúde dos trabalhadores buscam responder a questão central: Como o ciclo trabalho presencial / trabalho através de atividades remotas / retorno ao trabalho presencial (período atual e de desaceleração da pandemia), resultante de políticas educacionais implementadas pela Rede Estadual de ensino do Paraná, produz efeitos de intensificação do trabalho dos profissionais da educação e possibilidades potenciais de adoecimento, derivando em novas perspectivas para as políticas de valorização que se tornarão elemento de conflito no futuro. Ou seja, a tensão entre novas formas de controle do trabalho e as resistências em nome da autonomia profissional, e seus desdobramentos nas políticas educacionais e na intensificação do trabalho.

Considera-se que um mapeamento com um *survey* realizado com amostra probabilística pode ser um instrumento importante para planejamento da política educacional pós pandemia e as implicações deste período para a qualidade de vida do trabalhador e suas implicações na qualidade do serviço prestado à população, em termos de garantia do direito à educação.

Porém, ainda que o *survey* possa construir um retrato complexo de elementos para avaliação das políticas em curso e de suas decorrências, é importante considerar que o volume de pressões que os trabalhadores estão submetidos possam ter efeitos não percebidos imediatamente. Desta forma a fase qualitativa tem como proposta envolver sujeitos que voluntariamente possam participar de grupos focais que permitam o debate dirigido sobre o período de trabalho durante a interrupção das atividades presenciais nas escolas de maneira a explorar aspectos mais amplos da questão. Esta abordagem qualitativa será constituída de uma segunda etapa, no período em que as atividades



#### **UFPR NO COMBATE À COVID-19**

Recurso próprio ao ensino, pesquisa,  
extensão e inovação tecnológica.

presenciais forem retomadas, de modo a possibilitar reflexões sobre os desafios de uma nova transição entre o trabalho remoto e o cotidiano escolar, na forma como este venha a ser definido no Paraná.

Para o desenvolvimento da pesquisa a fase quantitativa exige o sorteio de uma amostra aleatória e a capacidade de que os sujeitos respondam efetivamente ao questionário. Para a fase qualitativa será fundamental a mobilização de sujeitos que se envolvam na reflexão sobre os desafios deste contexto para a organização do trabalho. Para estas duas tarefas a parceria com o APP-Sindicato, representante sindical dos trabalhadores em educação do Paraná, será fundamental em termos de abrangência e mobilização.

#### **Equipe:**

Aline Chalus Vernick Carissimi (Pedagoga / SEED – Dirigente da APP-Sindicato)

Ana Lorena de Oliveira Bruel (Docente / DEPLAE / SE / UFPR)

Andréa Barbosa Gouveia (Docente / DEPLAE / SE / UFPR – Coordenadora-substituta)

Antonio Carlos Frutuoso (Assessor / APP-Sindicato)

Bruna Caroline Camargo (Discente de Doutorado / PPGE / UFPR)

Danielle Scheffelmeier Mei (Discente de Mestrado / PPGE / UFPR)

Diana Cristina de Abreu (Pedagoga / SMC)

Douglas William Gonçalves Rezende (Discente de Doutorado / PPGE / UFPR)

Gustavo E. Fischman (Docente / Arizona State University – Consultor)

Jaqueline Aparecida Cardoso (Discente de Doutorado / PPGE / UFPR)

Julyana Baroni da Silva (Discente de Mestrado / PPGE / UFPR)

Marcos Ferraz (Docente / DEPLAE / SE / UFPR – Coordenador)

Michele Jiombra Alves de Oliveira (Discente de Mestrado / PPGE / UFPR)

Ralph Charles Wendpap (Docente / SEED – Dirigente da APP-Sindicato)

Walkiria Olegário Mazeto (Discente de Mestrado / PPGE / UFPR – Dirigente da APP-Sindicato)

#### **Instituições Parceiras:**

APP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná

Arizona State University (ASU / EUA)



**UFPR NO COMBATE À COVID-19**

Recurso próprio ao ensino, pesquisa,  
extensão e inovação tecnológica.

## **Metas:**

### **Fase quantitativa**

Meta 1 – Organização da equipe de trabalho

Etapa 1 – Seleção dos bolsistas de mestrado e doutorado;

Etapa 2 – Treinamento da equipe no uso do SPSS e noções básicas de grupos focais;

Etapa 3 – Definição de bolsistas para acompanhamento da etapa quantitativa e qualitativa.

Meta 2 – Organização do questionário para *survey*

Etapa 1 – Elaboração da versão 1 do questionário, em diálogo com a APP-Sindicato e consultor da Arizona State University – ASU;

Etapa 2 – Aplicação do questionário teste;

Etapa 3 – Elaboração da versão final do questionário em diálogo com a APP sindicato e consultor da Arizona State University – ASU.

Meta 3 – Definição da Amostra

Etapa 1 – Elaboração do desenho de amostragem;

Etapa 2 – Organização das listas de sujeitos e sorteio da amostra.

Meta 4 – Aplicação do *survey*

Etapa 1 – Disponibilização do *survey* em formulário na WEB;

Etapa 2 – Acompanhamento do preenchimento;

Etapa 3 – Validação dos questionários preenchidos integralmente/parcialmente/ insuficiente.

Meta 5 – Análise descritiva do resultado

Etapa 1 – Organização das variáveis e consolidação do banco de dados;

Etapa 2 – Análise descritiva das variáveis.

### **Fase qualitativa:**

Meta 1 – Elaboração de roteiro de orientação para os grupos focais

Etapa 1 – Treinamento da equipe de pesquisadores na metodologia de grupos focais;

Etapa 2 – Definição de roteiro de orientação para os grupos focais.

Meta 2 – Realização dos grupos focais 1



#### UFPR NO COMBATE À COVID-19

Recurso próprio ao ensino, pesquisa,  
extensão e inovação tecnológica.

Etapa 1 – Definição com a APP-Sindicato de locais e períodos para os grupos focais 1;

Etapa 2 – Acompanhamento dos relatórios produzidos pelos grupos focais;

Etapa 3 – Consolidação de um relatório geral dos resultados dos grupos focais 1.

Meta 3 – Realização dos grupos focais 2

Etapa 1 – Definição com a App sindicato de locais e período para os grupos focais 1;

Etapa 2 – Acompanhamento dos relatórios produzidos pelos grupos focais;

Etapa 3 – Consolidação de um relatório geral dos resultados dos grupos focais 1.

### Fase final

Meta 1 – Discussão dos resultados descritivos do survey e dos grupos focais

Etapa 1 – Definição de eixos de análise para a produção do relatório final;

Etapa 2 – Revisão da análise das variáveis do banco de dados;

Etapa 3 – Triangulação com a literatura;

Etapa 4 – Produção do relatório final.

Meta 2 – Divulgação dos resultados

Etapa 1 – Produção de sumário executivo para divulgação dos resultados junto à rede estadual (agentes públicos e comunidade escolar);

Etapa 2 – Produção de artigos científicos para divulgação acadêmica dos resultados da pesquisa.

### Cronograma Físico-Financeiro:

	1 trimestre		2 trimestre		3 trimestre		4 trimestre			
<b>Fase quantitativa</b>	<b>Meta 1 - Organização da equipe de trabalho</b>									
Etapa 1 – Seleção dos bolsistas de mestrado e doutorado										
Pagamento de bolsas										
Etapa 2 - Treinamento da equipe no uso do SPSS e noções básicas de grupos focais										
Compra de computador <sup>4</sup>										
Compra de material de <sup>5</sup> consumo										

<sup>4</sup> Compra de computador não se constitui etapa da pesquisa em educação, mas é parte do cronograma físico-financeiro.







#### UFPR NO COMBATE À COVID-19

Recurso próprio ao ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica.

autonomia pedagógica dos profissionais docentes e das condições de trabalho do conjunto dos trabalhadores, pode contribuir diretamente para subsidiar as demandas sindicais por proteção aos profissionais. Além deste impacto direto na ação sindical, o diagnóstico colocado à disposição da Secretaria de Educação pode ajudar a avaliar as políticas de controle do trabalho desenvolvidas neste período. Adicionalmente, o diagnóstico pode ser também um instrumento para alimentar os debates sobre formação inicial e continuada dos profissionais de educação no âmbito das agências formadoras, especialmente nos cursos de licenciatura da própria UFPR.

Neste sentido, a UFPR cumpre o seu compromisso com a sociedade paranaense, ao investir na geração de conhecimento para um setor central nas estratégias de distanciamento social e combate a pandemia da Covid-19: a educação básica.

#### Referências:

- ALVES, V. P. *Funcionários de escola: um novo sujeito na disputa pelas políticas educacionais* [Dissertação de Mestrado]. Curitiba: UFPR, 2018.
- BARROSO, J. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. In: *Educação e Sociedade*. Campinas: Vol.26, no.92, Out 2005. p. 725-751.
- \_\_\_\_\_. A transversalidade das regulações em educação: modelo de análise para o estudo das políticas educativas em Portugal. In: *Educação e Sociedade*. Campinas: vol.39, no.145, Dez 2018. p. 1075-1097.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro: LTC, 1987.
- CALDAS, A. R. Trabalho docente e saúde: inquietações trazidas pela pesquisa nacional com professores (as) da educação básica. In: OLIVEIRA, D. A.; VIEIRA, L. F. *Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 429-445.
- CARDOSO, A. C. M. *Tempos de trabalho, tempos de não trabalho*. São Paulo: Annablume, 2009.
- CARVALHO, M. F.; BRIXNER, N. A. As ações sindicais das trabalhadoras e dos trabalhadores da educação na conquista de direitos. In: KUNZLE, M. R. C.; FERRAZ, M. (Orgs.) *70 anos de luta e resistência em defesa da educação pública*. Bauru: Canal 6, 2017. p. 45-64.



**UFPR NO COMBATE À COVID-19**

Recurso próprio ao ensino, pesquisa,  
extensão e inovação tecnológica.

CASASSUS, J. A reforma educacional na América Latina no contexto de globalização. In: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: nº 114, Nov 2001. p.7-28.

CNTE – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO. *Retratos da Escola na Epidemia de Covid 19*. Brasília: CNTE. Disponível em: <https://cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/noticias/73147-participe-da-pesquisa-retratos-da-escola-em-tempos-de-covid-19>

CODO, W. (Coord.) *Educação: carinho e trabalho* – Burnout, a síndrome da desistência do educador, que pode levar à falência da educação. Petrópolis: Vozes; Brasília: CNTE: UnB, 1999.

DURAND, J. P. A refundação do trabalho no fluxo tensionado. In: *Tempo Social*. São Paulo: v. 15, nº 1, mai. 2003. p. 139-158.

ESTELLES, M.: FISCHMAN Imagining a Post-COVID-19 Global Citizenship Education. Ponta Grossa: *Práxis Educativa*, v.15, e2015566, p. 1-14, 2020. Disponível em: [/www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa](http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa)

FELDFBER, M.; OLIVEIRA, D. A. Políticas Educativas en América Latina en el siglo XXI: Balance y perspectivas. In: *Revista del Instituto de Investigaciones en Ciencias de la Educación*, v. 1, 2016. p. 7-10.

FRIEDMANN, G.; NAVILLE, P. *Tratado de sociologia do trabalho*. São Paulo: Cultrix, USP, 1973.

GOLDSTEIN, D *The Teachers War: A history of America's most embattled Profession*. New York, Anchor Books, 2014.

LEITE, M. P. *Trabalho e sociedade em transformação*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

LINHART, D. *A desmedida do capital*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MEHTA, J. *The allure of order: high hopes, Dashed Expectations, and the Troubled quest to remake American Schooling*. New York: Oxford, 2013.

MELNIK, L.; DARLING-HAMMOND, L.; LEUNG, M; YUN, C; SCHACHNER, A; PLASENCIA, S.; ONDRASEK, N. *Reopening Schools in the Context of COVID-19: Health and Safety Guidelines from Other Countries*. Learning Policy Institute, 2020. Disponível em: <https://learningpolicyinstitute.org/product/reopening-schools-covid-19-brief>

OLIVEIRA, D. A.; GONÇALVES, G. B. B.; MELO, S. D. G.; FARDIN, V L. D. M. Transformações na organização do processo de trabalho docente e suas conseqüências para os professores. In: *Trabalho & Educação* (UFMG), Belo Horizonte, nº 11, 2002. p. 44-51.



UFPR NO COMBATE À COVID-19

Recurso próprio ao ensino, pesquisa,  
extensão e inovação tecnológica.

OLIVEIRA, D. A.; VIEIRA, L. F. *Pesquisa trabalho docente na educação básica no Brasil: Sinopse do Survey nacional* / Universidade Federal de Minas Gerais, Grupo de Estudos Sobre Política Educacional e Trabalho Docente. - Belo Horizonte, 2010.

\_\_\_\_\_. Condições de trabalho docente: uma análise a partir de dados de sete estados brasileiros. In: OLIVEIRA, D. A.; VIEIRA, L. F. *Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 153-190.

PEREIRA, M. R. De que hoje padecem os professores da educação básica? In: *Educar em Revista*. Curitiba: n° 64, abr./jun. 2017. p. 71-87.

PIALOUX, M. O velho operário e a nova fábrica. In: BOURDIEU, P. (Coord.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 321-338.

PIALOUX, M.; BEAUD, S. Permanentes e temporários. In: BOURDIEU, P. (Coord.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 309-320.

SANTOS, L. L. C. P.; OLIVEIRA, D. A. A intensificação do trabalho docente e a emergência de nova divisão técnica do trabalho na escola. In: *Intermeio* (UFMS). Campo Grande: v. 15, 2009. p. 32-45.

SILVA, L. M. *Trabalho em grupo e sociabilidade privada*. São Paulo: Ed. 34, 2004.

\_\_\_\_\_. O trabalho numa era de indeterminação. In: ARAÚJO, S. M.; FERRAZ, M. (Orgs.) *Trabalho e sindicalismo: tempo de incertezas*. São Paulo: LTr, 2006. p. 17-44.

SILVA, M. Q. ; CRUZETTA, D. D. A Disputa do Fundo Público no município de Curitiba/PR pela ótica da Lei N. 101/2000 e a Emenda Constitucional N. 95: Implicações na Remuneração Docente. *FINEDUCA: Revista de Financiamento da Educação*, v. 9, p. 1-16, 2019.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2014.

TARDIF, M.; LESSARD, C. *O ofício de professor*. Petrópolis: Vozes, 2009.

TARDIF, M.; LESSARD, C. *O trabalho docente*. Petrópolis: Vozes, 2014.

ZARIFIAN, P. Le travail sous l'emprise de la gestion. In: *Revue Travailler*. Paris: n° 1, 1998. p. 41-54.

\_\_\_\_\_. *Objetivo competência*. São Paulo: Ed. Atlas, 2001.

### **Documentos Consultados:**

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.



#### **UFPR NO COMBATE À COVID-19**

Recurso próprio ao ensino, pesquisa,  
extensão e inovação tecnológica.

\_\_\_\_\_. Lei 9.394/1996. Brasília: Senado Federal, 1996.

\_\_\_\_\_. Lei 9.424/1996. Brasília: Senado Federal, 1996.

\_\_\_\_\_. Lei 10.172/2001. Brasília: Senado Federal, 2001.

\_\_\_\_\_. Lei 11.494/2007. Brasília: Senado Federal, 2007.

\_\_\_\_\_. Lei 11.738/2008. Brasília: Senado Federal, 2008.

\_\_\_\_\_. Lei 12.014/2009. Brasília: Senado Federal, 2009.

\_\_\_\_\_. Lei 13.005/2014. Brasília: Senado Federal, 2014.

INEP. Censo Escolar 2019. Brasília: MEC, 2019.

PARANÁ. Decreto Estadual 4.230/2020. Curitiba: SEED, 2020.

\_\_\_\_\_. Deliberação 01/2020. Curitiba: CEE, 2020.

\_\_\_\_\_. Resolução 1.016/2020. Curitiba: SEED, 2020.